



SERÁ A ÁFRICA CAPAZ DE APROVEITAR O 'DIVIDENDO DEMOGRÁFICO'?

África encontra-se numa fase de aceleração demográfica, em contraciclo com outros continentes. Isto pode ter impactos positivos na economia, mas constitui um grande desafio especificamente para a África Subsaariana, tendo em conta a sua posição nos últimos lugares da Economia do Conhecimento, aos quais acrescem desafios no âmbito da estabilidade política, da governança e da cooperação regional.

A África Subsaariana é caracterizada por um acelerado crescimento da população, com uma elevada percentagem de jovens. Esta situação representa uma enorme oportunidade decorrente do aumento da força de trabalho e do mercado consumidor. Mas é também um desafio face à existência de muitas economias marcadas por uma elevada dívida, infraestruturas débeis, serviços de saúde e educação incapazes de dar resposta à pressão atual, crescente urbanização e persistente instabilidade política. Assim, a questão de fundo que se coloca no momento atual, é perguntar em que medida África está preparada para enfrentar o desafio da explosão demográfica, ou, colocado de outra forma, será a África capaz de aproveitar o chamado “dividendo demográfico”?

A transição demográfica e o dividendo demográfico

A transição demográfica estuda os fenómenos do crescimento populacional, influenciado pelas taxas de fertilidade, mortalidade e pelos níveis de desenvolvimento. A redução das altas taxas de mortalidade e das altas taxas de natalidade representa uma conquista que ocorreu no século XIX na Europa e noutras partes do mundo com o desenvolvimento industrial e a melhoria das condições de saúde, saneamento básico e, no geral, com a melhoria do nível de vida – e em África apenas na segunda metade do século XX.

É princípio aceite que se distinguem quatro fases da transição demográfica, designadamente:

1. Pré-transição demográfica: característica de países subdesenvolvidos e pouco industrializados, (níveis de educação e cuidados de saúde muito baixos) e onde as taxas de natalidade e mortalidade são muito próximas.

2. Aceleração demográfica: caracterizada pelo crescimento exponencial da população em decorrência da diminuição das taxas de mortalidade e a manutenção de elevadas taxas de natalidade. É o resultado do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida – saúde, educação e saneamento básico.

3. Desaceleração demográfica: quando, em transição da fase anterior, existe uma redução significativa das taxas de natalidade, e estabilização das taxas de mortalidade. É característica de países mais desenvolvidos, e resulta essencialmente da concentração populacional em meios urbanos, maior participação da mulher no mercado de trabalho, planificação familiar e aumento do custo de vida.

4. Estabilização demográfica: ocorre como resultado da estabilização das taxas de natalidade e mortalidade a níveis baixos, enquanto aumenta a longevidade. Resulta daqui um processo de envelhecimento da população.

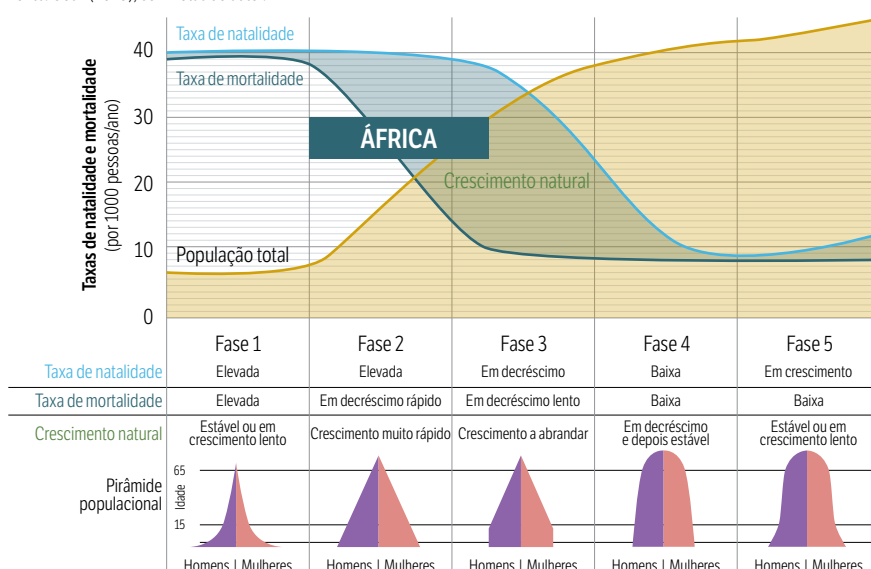
Embora o modelo inicial da transição demográfica incluísse apenas quatro fases, posteriormente acrescentou-se uma

nova fase. Alguns consideram que, nesta quinta fase, a população tende a crescer, enquanto outros consideram que existem baixas taxas de fertilidade e uma taxa de crescimento negativa. É o caso da Europa Ocidental, Austrália, Nova Zelândia, Japão, entre outros (Ghosh, 2020). As cinco fases da transição demográfica e a posição relativa de África estão ilustradas na Figura 1. África encontra-se, pois, em contraciclo com outros continentes, numa fase de aceleração demográfica, com tudo o que isso representa (Figura 2).

O dividendo demográfico pode ser interpretado como o ganho económico que resulta (ou pode resultar) diretamente da mudança da estrutura etária da população, em consequência do processo da transição demográfica (Lee e Mason, 2006). Desta mudança da estrutura etária resulta um aumento da população em idade ativa (15-64 anos) e uma diminuição da população em idade inativa (menores de 15 e maiores de 65 anos). É precisamente nesta situação que se encontra o continente africano (Figura 3). O aumento da população jovem pode

FIGURA 1. AS FASES DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E A POSIÇÃO RELATIVA DE ÁFRICA

Fonte: Ghosh (2020), com notas do autor.





ter impactos positivos na economia, impulsionando a inovação e o crescimento económico; por outro lado, este aumento representa também o aumento do mercado consumidor, gerando emprego e investimento. Mas será que África poderá efetivamente beneficiar deste dividendo demográfico? A enorme força de trabalho que decorre da estrutura da população representa um enorme potencial, mas também um grande desafio.

A conjuntura internacional e as novas tecnologias criam um quadro diferente e mais desafiador para África. Como refere Jorge Arbache (2017), a inteligência artificial, os sensores, os robôs e várias inovações tecnológicas estão a alterar as geografias da produção e do emprego. Exemplos: a Adidas abriu uma loja de desporto em Atlanta cujo custo de uma t-shirt é tão baixo como \$0,33 USD por unidade! Existem outros investimentos semelhantes na Alemanha e noutros países. Daqui decorre que a mão-de-obra barata passa a ter um valor muito relativo. Também a ter em conta está a alteração das geografias de produção e emprego nos serviços, com o desenvolvimento do *e-commerce* e o desenvolvimento das plataformas de compra como o ALIBABA e a AMAZON. Como é que África pode responder a estes desafios?

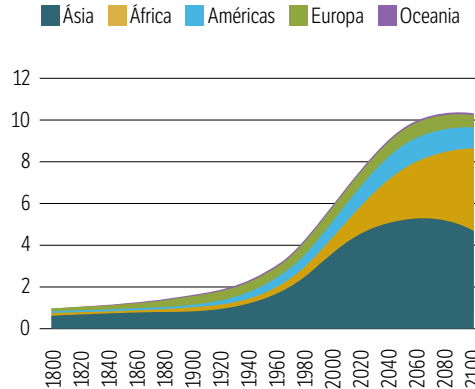
A economia do conhecimento

Recentemente, existe um crescente interesse na contribuição do conhecimento como fator de crescimento da produtividade total e, consequentemente, para o desenvolvimento económico sustentado. Nasceu, assim, um outro conceito importante que importa reter, a designada "Economia do Conhecimento". Muita pesquisa foi feita na última década relativamente ao crescimento económico induzido pela produtividade, e seus determinantes. Este conceito permite compreender melhor as diferenças de desenvolvimento entre países e regiões, e ajuda a explicar melhor o enorme atraso da África Subsaariana – quando começamos a relacionar a educação com a inovação, a infraestrutura e o ambiente de negócios. Uma Economia do Conhecimento é aquela que utiliza o conhecimento como instrumento chave para o desenvolvimento. É uma economia onde o conhecimento é adquirido, usado e disseminado para promover o desenvolvimento económico. São reconhecidos os seguintes ele-

FIGURA 2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM ÁFRICA

Fontes: United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2022 e Banco Mundial, 2024.

2A. População por continente, 1800-2021 e estimativas até 2100 (mil milhões de habitantes)



2B. África Subsaariana: População total de 2013 a 2023 (milhões de habitantes)

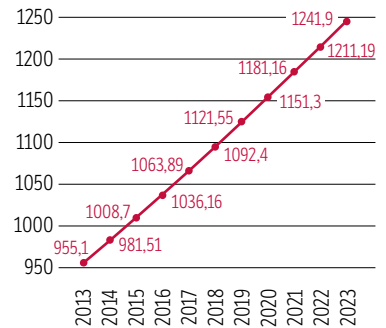
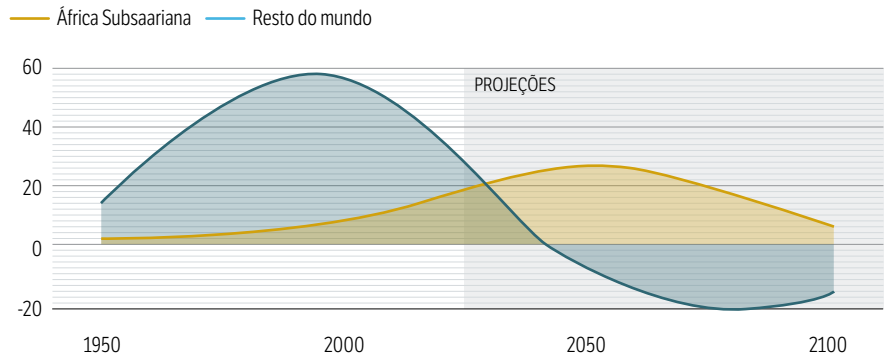


FIGURA 3. VARIAÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO GLOBAL EM IDADE ATIVA (milhões de pessoas por ano, 15-64 anos)

Fonte: Projeções da população mundial da ONU e cálculos do corpo técnico do FMI, abril de 2024.



CAIXA 1. OS QUATRO PILARES DO CONHECIMENTO

Fonte: Adaptado de Chen e Dahlman, 2005.

1. Incentivos económicos e um regime institucional que forneça políticas económicas sólidas e instituições que permitam a eficiente mobilização e aplicação de recursos e estimule a criatividade e incentivos para a eficiente criação, disseminação e uso do conhecimento existente.
2. Trabalhadores educados e qualificados que possam continuamente aperfeiçoar e adaptar as suas aptidões para de forma eficiente criarem e utilizarem conhecimento.
3. Um sistema de inovação efectivo nas empresas, centros de pesquisa, universidades e consultores, e outras organizações, que possam estar a par com a revolução do conhecimento, e chegar ao stock global de conhecimento e assimilar e adaptá-lo às necessidades locais.
4. Uma infraestrutura de informação adequada que possa facilitar a efetiva comunicação, disseminação e processamento da informação e conhecimento.

mentos base de sucesso para a transição para uma Economia do Conhecimento: investimentos continuados em educação, desenvolvimento da capacidade de inovação, modernização da infraestrutura de inovação e criação de um ambiente de negócios favorável (ver Caixa 1). A África Subsaariana está nos últimos lugares da Economia do Conhecimento. A situação desta região a este respeito é, designadamente, ilustrada por indicadores como a taxa de iliteracia da popu-

lação adulta, a insegurança alimentar e sua prevalência, bem como os níveis de importação de bens e serviços, na comparação entre a África Subsaariana e as economias avançadas (respetivamente, Figuras 4, 5 e 6).

A grande disparidade entre países africanos, uns mais desenvolvidos e outros largamente afetados pela pobreza, influencia o posicionamento dos diversos países africanos no mundo. Por isso mesmo, enquanto alguns estão integrados na comunidade



internacional, outros estão completamente marginalizados e deles só se toma conhecimento pelas ajudas que recebem ou pelas crises em que estão envolvidos.

Os desafios da governança e da cooperação regional

Mais do que os recursos naturais, o funcionamento do governo, a aplicabilidade das leis, a independência dos tribunais, ou seja, a “governança” – determina o seu posicionamento no mundo. Há que salientar que alguns destes países que têm abundantes recursos naturais, designadamente petróleo, estão no fim da escala quanto se trata de regras de transparência e *accountability* na gestão destes recursos.

Na maior parte dos países africanos não existem, ou não foram criadas condições de gestão política e económica que permitam uma transição de períodos de conflito para uma situação de paz e estabilidade, que possibilitem uma governação transparente e responsável.

Há limites à democracia representativa consubstanciados na falta de confiança nos partidos políticos como atores do processo político. O fenómeno das redes sociais potenciou o ativismo político e a contestação dos poderes instituídos – o que já abalou democracias estáveis, e irá seguramente no futuro influenciar decisivamente outras contendas políticas.

Entre outras, uma conclusão importante do trabalho do economista africano Carlos Lopes é a de que o projeto nacionalista não foi capaz de gerar uma economia diversificada e dominada pela não-mercadoria, o que frustrou muitos quadrantes políticos, e assim: “(...) a premência de uma transformação estrutural é evidenciada pelo facto de a África pós-colonial ainda não ter sido capaz de mexer nas estruturas que condenaram o continente a ser um perpétuo fornecedor de matérias-primas para o ocidente industrializado e atualmente também para a China” (Lopes, 2022).

Uma outra dimensão da questão africana refere-se às diferenças tribais e étnicas e ao tratamento que é dado às minorias – muitas vezes assim constituídas na decorrência das disputas políticas, ou seja, o grupo que perdeu uma disputa eleitoral transforma-se em inimigo e, dependendo da sua dimensão, transforma-se numa minoria.

Os vencedores de eleições transformam-se em pequenos reis – com poder não contestado. É oportuno citar o jornalista nigeriano Wole Olaoye, que, a propósito do

FIGURA 4. TAXA DE ILITERACIA ENTRE ADULTOS (com mais de 15 anos, por região, 2022)

Fonte: Banco Mundial, 2023, publicado em Statista: www.statista.com/statistics/262886/illiteracy-rates-by-world-regions/

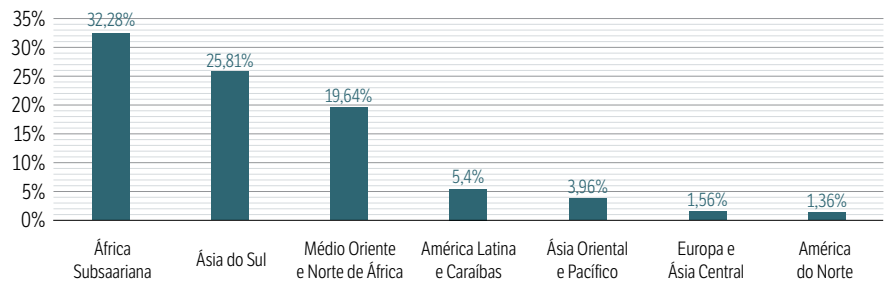


FIGURA 5. PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NA ÁFRICA SUBSARIANA, 2015-2020 (Porcentagem da população)

Fonte: FAO, 2021. Publicado em Statista: www.statista.com/statistics/1190797/food-insecurity-in-sub-saharan-africa/

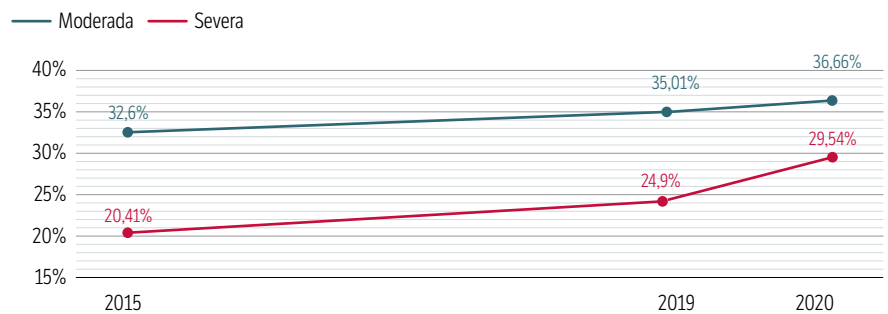
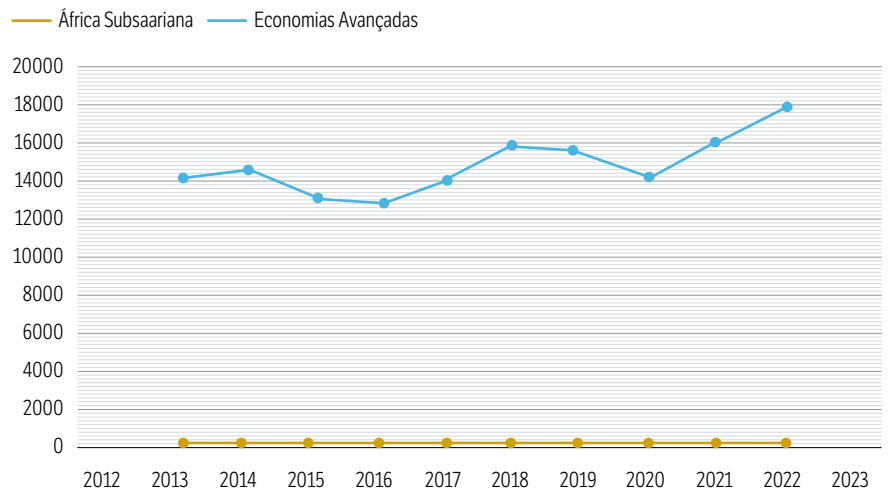


FIGURA 6. IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, ÁFRICA SUBSARIANA E ECONOMIAS AVANÇADAS, 2013-2022 (Bilhões USD)

Fonte: FMI, World Economic Outlook, 2021.



dia da democracia que se celebra naquele país, escreveu um artigo onde apresenta o conceito de “Síndrome de Kabyiesi”, que é a transformação de uma pessoa eleita numa espécie de realza, como se a posição que ocupa fosse hereditária. A palavra “Kabyiesi” significa “ninguém te pode contestar”, e era utilizada pelos ancestrais da tribo Yorubaland (Olaoye, 2017). Aquilo que Wole Olaoye refere como se tendo tornado parte do carácter da sociedade nigeriana, de “endeusar os que estão no poder temporariamente, tornou-se, infelizmente um lugar-comum em muitos países

africanos, onde o ‘Síndrome de Kabyiesi’ está bem presente”.

Enquanto os refugiados africanos que demandam a Europa constituem um problema, conhecido e reconhecido, os refugiados internos (dentro de África) são na maior parte das vezes ignorados e sofrem um tratamento degradante, não recebendo a atenção necessária. Podemos dizer que muitos milhares de africanos – pela situação em que vivem – não têm cidadania. Talvez seja este o ponto em que deva afirmar que os africanos têm de resolver os seus próprios problemas. Não podem ficar

à espera de que alguém do Departamento de Estado, do *Foreign Office* ou do *Quai d'Orsay* venha denunciar esta ou aquela situação, ou uma qualquer Organização Não-Governamental (ONG) venha reclamar sobre a violação de direitos humanos. Veja-se o que se passa hoje na Ucrânia. Os Europeus tomaram a invasão da Ucrânia como um problema seu. Outros europeus estavam a ser atacados e massacrados. Ou seja, foi atingida uma zona de conforto, e por isso mesmo reagiram e reagem.

Em África, quantas guerras, quantos massacres são ignorados? Isso acontece porque a zona de conforto de muitos líderes e elites africanas está em Londres, Paris, Bruxelas ou Lisboa.

A democracia em África parece estar sob ameaça. Um crescente número de Chefes de Estado tenta projetar os seus mandatos para além do definido em lei. Desde o ano 2000 até 2018, pelo menos trinta Chefes de Estado tentaram prolongar o seu mandato, para além do permitido por lei, e dezoito deles foram bem-sucedidos (Cheeseman e Smith, 2019).

Ao nível da cooperação regional e sub-regional, as organizações regionais proliferaram em África nas últimas décadas, com muitas dessas organizações a tentarem resolver questões similares em regiões similares, o que gera custos adicionais e o desperdício de recursos. O conjunto de instituições constituiu-se numa verdadeira cacofonia.

Em resposta a esta proliferação de organizações regionais africanas, a primeira fase de racionalização teve lugar nos anos 1980, com o chamado Plano de Ação de Lagos, que estabeleceu o objetivo de criar um agrupamento económico por cada região geográfica (como definido na resolução da então Organização de Unidade Africana, de 1976 – África Ocidental, África do Norte, África Austral e África Oriental). Como esta iniciativa produziu resultados diminutos, iniciou-se uma segunda fase, entre 1995 e 2002, tentando eliminar as zonas de sobreposição. Mesmo assim, constatamos um sucesso muito limitado, e por isso mesmo, muitos Estados africanos recorrem a soluções *ad hoc* para resolver as questões com que se defrontam.

África tem condições para aproveitar o dividendo demográfico?

A conjuntura internacional de hoje – com uma guerra na Europa, o Médio Oriente

altamente instável, e um crescente desprezo pelos consensos e instituições criados após a II Guerra Mundial por parte dos Estados Unidos – coloca um obstáculo adicional a África para enfrentar os desafios da transição demográfica.

Desde logo, o crescimento acelerado da população exerce uma pressão sobre os sistemas de saúde e educação – muitas vezes frágeis e com subinvestimento. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) muitas vezes não ultrapassa a taxa de crescimento da população e, mesmo nos casos em que tal acontece, a margem daí resultante, ao qual acresce o ambiente económico envolvente e a elevada dívida pública, não é suficiente para criar emprego para grande parte dos milhões de jovens que chegam ao mercado de trabalho todos os anos.

Saliente-se que, segundo dados do Banco Mundial, a população da África Subsaariana cresceu 30% em apenas dez anos, tendo passado de 955,1 milhões de pessoas, em 2013, para 1.241,9 milhões, em 2023. A rápida urbanização cria problemas adicionais, com a incapacidade de resposta por parte dos serviços públicos. A crescer a este quadro, há que referir que África, em particular a África Subsaariana, é das zonas do globo mais afetadas pelas alterações climáticas.

Respondendo à questão colocada no início, sobre se África tem capacidade para aproveitar o dividendo demográfico, podemos concluir que as condições geopolíticas e económicas em que o continente se encontra atualmente são muito difíceis – quando comparamos a realidade africana com outras regiões do globo.

Mas a resposta pode ser positiva. Para tal, é necessário e fundamental o desenvolvimento de estratégias de longo prazo que permitam:

- Investimentos na educação e saúde;
- Aumento do investimento em infraestrutura;
- Políticas de geração de emprego;
- Planeamento familiar;
- Cooperação regional – com a facilitação do comércio e o investimento transnacional;
- Aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento;
- Diversificação económica;
- Sustentabilidade ambiental.

A problemática da transição demográfica e do dividendo demográfico é objeto de estudo e de preocupação de académi-

cos, de organizações internacionais de desenvolvimento, de *think tanks*, mas, estranhamente, não aparece muito presente no discurso dos líderes africanos. Para uma resposta apropriada à dimensão destes desafios é necessário criar uma dinâmica em que a questão da demografia seja central no discurso político, no planeamento económico e na academia. As estratégias a adotar para enfrentar a realidade atual passam por maior estabilidade política, melhor governança, e uma nova arquitetura de cooperação regional e internacional – em que África seja chamada a diagnosticar e equacionar os seus problemas, não ficando à espera da iniciativa das Organizações Internacionais ou Não-Governamentais. ●

Referências

- Arbache, Jorge (2017). Can Africa really benefit from its demographic dividend to accelerate growth? Comentário, OPC Policy Center, 14.12.2017. www.policycenter.ma
- Banco Mundial (s.d.). Human Capital Project. <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital>
- Bassou, A. (2017). Africa's natural resources and geopolitical realities. OCP Policy Center. www.policycenter.ma/publications/africa-s-natural-resources-and-geopolitical-realities
- Chen, Derek H.C.; Dahlgren, Carl J. (2005). The Knowledge Economy, the Kam Methodology and World Bank Operations. World Bank Institute Working Paper No. 37256, SSRN: <https://ssrn.com/abstract=841625>
- FMI (2021). World Economic Outlook 2021, Outubro. <https://shorturl.at/Y5Fyw>
- FMI (s.d.). Website do Fundo Monetário Internacional. www.imf.org/en/Home
- Fornino, M.; Tiffin, A. (2024). O crescimento da África Subsaariana requer Educação de Qualidade para uma população cada vez maior. Fundo Monetário Internacional, blog, 25.04.2024. <https://shorturl.at/fNybA>
- Gallagher, K. S. (2021). The Coming Carbon Tsunami: Developing Countries Need a New Growth Model – Before It's Too Late. Foreign Affairs. www.foreignaffairs.com/articles/world/2021-12-14/coming-carbon-tsunami
- Ghosh, S. (2020). The demographic transition model, Semester II Paper – CC3 Unit: 2.3, mankarcollege.ac. <https://shorturl.at/II5Xb>
- Gnanguénon, A. (2020). Mapping African regional cooperation: How to navigate Africa's institutional landscape. Policy Brief, European Council on Foreign Relations (ECFR). <https://shorturl.at/wXUVh>
- Lee, Ronald; Mason, Andrew (2006). What is the Demographic Dividend. Finance & Development vol. 43 (3), FMI, setembro de 2006. www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/09/basics.htm#author
- Lopes, C. (2022). África em Transformação. Tinta da China.
- Olaoye, Wole (2017). Banishing the 'Kabiyesi' syndrome. Daily Trust, 09.01.2017 <https://dailytrust.com/banishing-the-kabiyesi-syndrome/>
- Osinbajo, Y. (2021). The Divestment Delusion: Why Banning Fossil Fuel Investments Would Crush Africa. Foreign Affairs, 31.08.2021. www.foreignaffairs.com/articles/africa/2021-08-31/divestment-delusion
- Pizarro, Mário (2022). África: Economia e Geopolítica no Século XXI. In *África e Américas: Culturas, Histórias e narrativas*, Vandeir José da Silva et al (Org.), Capítulo 5. Património Cultural de João Pinheiro, Brasil. ISBN: 978-65-00-54070-3.
- Statista (2022). Share of global regions in the gross domestic product 2020. (Figure) www.statista.com/statistics/256340/share-of-global-regions-in-the-gross-domestic-product/
- World Bank Institute (2008). Measuring Knowledge in the world's economies: knowledge Assessment Methodology and Knowledge Economy Index. K4D – Knowledge for Development e Banco Mundial. https://estadisticas.pr/files/BibliotecaVirtual/estadisticas/biblioteca/BM/BM_KAM_2008.pdf